

## **PROTAGONISMO FEMININO NOS MOVIMENTOS POR MORADIA** **Condições coloniais e possíveis rupturas**

### ***FEMALE PROTAGONISM IN MOVEMENTS FOR HOUSING*Colonial *conditions and possible ruptures***

**A. Marina C. de Souza**

*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*  
*marinacoelho.arq@gmail.com*

#### **RESUMO**

O presente artigo faz parte do escopo de uma dissertação de mestrado em andamento, que se concentra em compreender o papel do protagonismo feminino nos movimentos por moradia. O presente artigo pretende problematizar a perpetuação e rigidez dos moldes coloniais/modernos, que dificultam ou bloqueiam a percepção de que atores sociais marcados por subalternidade seriam capazes de pensar e elaborar cidades. Desse modo, o artigo questiona a tida docilidade do corpo marcado pela vulnerabilidade de gênero e etnia, tal movimento é realizado a partir da análise de trechos de entrevistas realizadas com três mulheres que atuam em movimentos por moradia na região metropolitana da Grande Vitória, Brasil.

**Palavras-chave:** movimentos por moradia, protagonismo feminino, produção do espaço.

**Linha de Investigação: 3:** Dinâmicas Urbanas

**Tópico:** gênero e cidade

#### **ABSTRACT**

This article is part of an ongoing master's dissertation, which focuses on understanding the role of female protagonism in movements for housing. This article aims to problematize the perpetuation and rigidity of colonial / modern molds, which hinder or block the perception that social actors marked by subordination would be able to think and elaborate cities. Thus, the article questions the docility of the body marked by the vulnerability of gender and ethnicity, such movement is realized through the analysis of excerpts from interviews conducted with three women, member of movements for housing in the metropolitan region of Grande Vitória, Brazil.

**Keywords:** movements for housing, female protagonism, space production.

**Research line:** 3: Urban Dynamics

**Topic:** gender and city

## Introdução

A forma de produção do espaço urbano, adotada em muitas cidades brasileiras, continua exibindo aspectos que privilegiam determinados grupos sociais, o que propicia a manutenção de poder desses sobre grupos em situação de vulnerabilidades. A cidade embasada na premissa de universalidade permanece presente no contexto brasileiro, tanto na elaboração de leis quanto no estabelecimento de normativas comportamentais, fortemente herdadas do modelo colonial de exploração. A cidade universal perpetua condutas sociais e presume práticas associadas a um "sujeito tipo" de determinado grupo social. Com isso, as narrativas de grupos sociais que se encontram a fronteira da sociedade são constantemente negligenciadas, o que não significa docilidade diante das normas e diretrizes predominantes, muito menos ausência de mobilização ou protagonismo, como somos induzidos a acreditar. Por isso, o artigo inicialmente discorre sobre o atravessamento de questões coloniais nos corpos e espaços da cidade, interrogando o emprego do termo subalternidade no presente contexto de mulheres que atuam e protagonizam embates em movimentos por moradia.

Ao falarmos do meio urbano, é importante ressaltar que o mesmo é constituído por inúmeros processos identitários, que quando reconhecidos podem se tornar úteis para o fortalecimento da busca por equidades, assim como nos movimentos sociais por moradia, que apresentam predominância de grupos sociais desprivilegiados demarcados com gênero e etnia, e apesar disso, apresentam grande capacidade de auto-organização e reivindicações aos espaços da cidade e seus usos.

Assim, com base na heterogeneidade de pensamentos, lugares de origem e na construção do conhecimento sobre o mundo e das relações estabelecidas social e espacialmente, o artigo busca problematizar criticamente o protagonismo da mulher nos movimentos por moradia, sobretudo relacionado com bases da modernidade-colonialidade e as novas possibilidades de pensamentos e ações no mundo contemporâneo.

Muitos dos países latinoamericanos carregam fortes características provenientes da colonialidade. A narrativa europeia foi imposta e difundida a inúmeros lugares e corpos, estando ou não de acordo com a cultura e realidade dos povos dominados e/ou colonizados. Passamos a importar, além de pensamentos, práticas, e com isso, formas de construir cidades e conceber políticas públicas. Adotamos modelos de planejamento urbano de características neoliberais, e perpetuamos o modelo de dominação econômica e ideológica europeias, assim, as cidades brasileiras reproduzem modelos que desconsideram a realidade local, seus sujeitos e suas singularidades.

Em contraposição ao modelo dominante de planejamento urbano, os movimentos brasileiros relacionados a reivindicações por moradia, protagonizado por mulheres, principalmente em quantidade, efetuam outra alternativa de produção dos espaços das cidades. Entretanto, as mulheres tendem a ter o espaço de fala e de serem ouvidas comumente negados, corroborando para que sua presença na história não seja narrada por elas, ou até mesmo que não seja narrada por completo. É importante afirmar que a pesquisa não pretende dar voz a algum grupo subalterno, visto que seria algo impossível e de grande prepotência. O objetivo é, no entanto, problematizar o silenciamento/invisibilidade em questão, pautando que a resistência acontece e possibilita outras alternativas de cidade e obtenção de direitos.

## 1. Condições subalternas e possíveis rupturas

Levantando questionamentos acerca das estruturas sociais imbricadas entre antigas colônias e metrópoles, como também as estruturas presentes dentro dos territórios das antigas colônias, contribuem para compreensão de fenômenos sociais presentes no espaço urbano relacionados não somente ao direito à moradia digna, como também o direito a cidade.

O autor Mignolo (2015) considera que a modernidade fora concebida em contexto de posicionalidade europeia, majoritariamente composta por homens brancos, que estabeleceram relações heteronormativas como ideais, e intensificaram organizações patriarcais e raciais, fortalecendo relações desiguais de poder associadas a gênero e etnias. Dessa forma, a narrativa europeia foi imposta e difundida a inúmeros lugares e corpos, tornando-se hegemônica, mesmo que desconsiderasse os saberes e poderes locais, podendo estar ou não de acordo com a realidade dos povos dominados e/ou colonizados. Essa narrativa apresenta a capacidade de perpetuar um pensamento nas antigas colônias, que prioriza determinadas identidades, similares com as que conceberam a colonialidade, estabelecendo posições mais favorecidas que outras. A materialização dessa análise é encontrada quando determinados grupos sociais são ignorados durante processos de elaboração de leis, planos urbanos e/ou implantação de empreendimentos, assim como os grupos compostos por mulheres, negras e com baixo poder aquisitivo.

Além disso, o modelo colonial tende a manter um "complexo de inferioridade" (FANON, 2008: 34) nos povos colonizados, auxiliando na perpetuação da crença de que, pensamentos e práticas originários do exterior serão sempre mais adequados. Esse aspecto propicia que os povos colonizados continuem importando modelos dos antigos colonos, o que corrobora para a manutenção do antigo sistema de dominação internacional. Frantz Fanon (2008), relaciona a tomada de posição de negros antilhanos diante da linguagem, com a exaltação dos valores culturais franceses. "Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será." (2008: 34). No entanto, por mais que o sujeito colonizado tente negar sua identidade e apresente similaridades com o sujeito colonizador, os povos colonizados continuarão tidos enquanto inferiores. A colonialidade estabelece uma sucessão de hierarquias no funcionamento interno das colônias, baseada nas diferenças identitárias de um mesmo povo, que ao invés de reconhecer suas similaridades entre si, prefere buscar por similaridades com os antigos colonos, o que contribui para a permanência de uma narrativa violenta para com os considerados subalternos locais.

É importante destacar que a colonialidade apresenta dimensões históricas, como também geográficas, uma vez que as relações sociais podem se materializar no espaço. Acompanhando o raciocínio de importação cultural pelas colônias, inúmeras cidades brasileiras adotam modelos de planejamento urbano de características neoliberais e perpetuam o modelo de dominação econômica e ideológica europeias, e desta forma, como denomina Ermínia Maricato (2017), as cidades importam um modelo "fora do lugar", fora de contexto, no qual a realidade urbana brasileira, seus sujeitos e suas singularidades são menosprezados. Sendo assim, perpetuamos há séculos modelos de cidade que privilegiam um seleto grupo de indivíduos, em detrimento de muitos outros. Propiciando a difusão da cidade constituída no conceito de universalidade.

Em contraposição ao modelo dominante de planejamento urbano, os movimentos brasileiros, afetos a reivindicações por moradia, concretizam outra alternativa de produção dos espaços das cidades. No entanto, apesar do protagonismo de mulheres nesses movimentos sociais, os lugares de fala dessas mulheres ainda permanecem comumente comprometidos. Realço aqui o violento silenciamento da voz feminina nas tomadas de decisão, visto que são corpos tidos enquanto subalternos ou inferiores.

"Enquanto tava fazendo discurso, um policial disse 'Por que você tá fazendo isso daí? Por que não pega uma trouxa de roupa pá lavar?' Aí eu disse 'Lavei roupa 23 anos pá criá meus filho, hoje eu quero lavá o podre que tem na sociedade'. Aí mandaram me prender." (Informação verbal. Entrevistada M.C.)<sup>1</sup>

Tal acontecimento afirma a negação do lugar de fala do sujeito mulher, destacando ainda que a entrevistada foi a única encaminhada para a delegacia naquela noite do discurso, que até então ocorria de maneira pacífica diante de uma ocupação. Práticas de silenciamento, sejam elas sutis ou agressivas, corroboram para que a presença da mulher na história não seja narrada por ela, ou até mesmo que não seja narrada por completo. Relacionado a isso podemos recorrer a Gayatri Spivak (2010), traz reflexões muito pertinentes relacionadas a representação. A autora considera que regularmente os intelectuais almejam falar pelo outro sem questionar a posicionalidade de onde se teoriza, é excluído do oprimido sua consciência representativa, justificando sua representatividade por um sujeito externo e "neutro" à realidade dos sujeitos subalternos em questão.

Dito isso, é importante uma discussão, mesmo que breve, sobre o uso do conceito de subalternidade. O emprego do conceito se torna contestável, como veremos a seguir, pois passou a ser empregado em diferentes contextos históricos, geográficos e sociais, sofrendo alterações ou interpretações diversas.

As primeiras aparições do termo ocorreram por meados da década de 1930, por Gramsci na Itália, que utilizou o conceito para se referir não somente às classes trabalhadoras, como também a outras classes ou grupos sociais oprimidos e marginalizados do processo histórico, sendo esses conscientes ou não de sua condição de classe. Tal constatação se dá por meio de interpretações realizadas por estudiosos de textos do autor italiano em questão, visto que o autor não apresenta em suas obras uma definição concreta ao que ou quem o conceito de fato se refere. (SCHLESENER, 2016)

Utilizado dessa maneira, o termo agrupa uma grande diversidade de grupos oprimidos, encontrando dificuldades quando se reconhece a pluralidade e a existente fragmentação entre os diferentes sujeitos que formariam esse grupo, impedindo uma consciência de classe e seus possíveis desdobramentos de resistência. Dessa forma, Schlesener (2016), interpreta os dizeres de Gramsci da determinada maneira:

"A partir dessa realidade entende-se que, para Gramsci, os grupos subalternos são grupos que ainda não se organizaram concretamente como classe, em vista de suas condições de dominados no contexto de uma hegemonia que lhes é exterior; mesmo como classes subalternas, ainda não possuem uma história ou um pensamento

<sup>1</sup> Entrevista gravada no dia 29 de novembro de 2019. Os nomes foram abreviados para assegurar identidades das entrevistadas.

systematizado e suas tentativas de unificar a sua atividade histórica será sempre provisória enquanto não se constituírem em Estado." (SCHLESENER, 2016:138)

Sendo assim, pertenceriam ao grupo dos subalternos, sujeitos compostos por certo desconhecimento de sua opressão ou até mesmo docilidade diante de forças opressoras institucionalizadas e predominantes. Com isso, o emprego do conceito de subalternidade se tornaria incoerente com os sujeitos estudados na presente pesquisa, uma vez que a mesma consiste em analisar a presença e atuação de mulheres em movimentos por moradia, sendo, portanto, grupos com forte capacidade de auto-organização, articulação e que atuam como importantes agentes de transformação social e espacial.

Como dito anteriormente, o conceito sofre alterações de acordo com o contexto ao qual é empregado, tendo isso, podemos ressaltar autores pós-coloniais como, Edward Said e Gayatri Spivak, que entre outros intelectuais formaram em 1982 um grupo no centro de Estudos de Ciências Sociais de Calcutá, Índia, denominado Subaltern Studies, preocupado principalmente com questões do no novo sul global, reconhecendo esse como resultado de um deslocamento das antigas colônias. Dentro desse mesmo grupo o conceito de subalternidade se mostrou complexo, visto que foi adotado para se referir a diferentes contextos. Para a autora indiana Gayatri Spivak (2010), a condição de subalternidade é consolidada como um lugar estruturado de difícil ou impossível acesso ao poder, em seu livro "pode o subalterno falar?" (2010), a autora se dedica a reflexões sobre questões da mulher indiana e mais precisamente sobre um determinado ritual de auto-sacrificação de viúvas, concluindo sua pergunta de investigação com a seguinte constatação:

"O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à mulher como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher intelectual como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio" (SPIVAK, 2010: 165)

Com a inserção de ideia de poder, a autora adiciona um caráter mais político ao conceito de subalternidade, o que a afasta dos dizeres gramscinianos (SCHLESENER, 2016). Vale frisar que as reivindicações e necessidades dos operários e camponeses italianos da década de 1930, se diferiam muito da complexidade que envolve a realidade da mulher indiana de determinadas castas ao longo da história. No entanto, ambos os autores apresentam uma certa concordância acerca da dificuldade em se alterar situações de opressão, Gramsci ainda afirma a possibilidade de organização para uma formação de classe consciente e alteração de um cenário de opressão, lembrando novamente que o contexto de trabalhadores italianos oprimidos no início do século XX, é muito distinto do contexto sociocultural de enorme negligência com uma parcela da população que sofreu por consideráveis séculos um ritual como o de suicídio de mulheres viúvas, negando a mulher o direito e poder de opinar e decidir os rumos da própria vida, Spivak (2010) relata que com a chegada dos ingleses o ritual passou a ser oficialmente proibido, no entanto, outras formas de violências físicas e psicológicas passaram a acontecer a mulheres na Índia, não somente por homens indianos como também por seus colonizadores ingleses e descendentes.

Assim como Spivak (2010) afirmou em seu livro, questões relacionadas a mulher não constituem uma prioridade global, principalmente para aquelas que habitam o sul global. É notável que a dificuldade de acessar lugares de poder é ainda expressiva e presente nessas localidades, no entanto é relevante dizer que apesar

das barreiras elevadas socialmente, através de processos de colonização, mulheres continuam no embate para que determinadas questões sejam atendidas. Apesar da negligência e esforço de apagamento desses sujeitos, elas continuam investindo forças para que suas demandas básicas possam ser atendidas. A partir desse aspecto, podemos compreender que apesar dos pós-colonialistas do *Subaltern Studies* afirmarem que determinados grupos sociais ou sujeitos não apresentem força, visibilidade ou poder, existem relações em escalas micropolíticas que são capazes de movimentar estruturas sociais e contrariar determinadas afirmações como essa.

O foco desse artigo não é discorrer sobre a subalternidade e suas variadas interpretações e usos, mas se entende necessário refutar possíveis discursos que vêm sendo repetidos e continuam sendo legitimados ao longo da história, podendo tornarem-se fatores determinantes para papéis sociais, como papéis hierarquizantes relacionados a gênero e raça.

Existem, portanto, outras possibilidades de se pensar o meio urbano e elas precisam ser reconhecidas. Sobre isso, destaco a autora feminista Donna Haraway (1995), que aponta para a relevância de serem elucidados diferentes saberes para que se torne possível um "mundo menos organizado por eixos de dominação." (1995: 24). Ela critica métodos científicos relacionados a objetividades universais, denominando o termo "God Trick", uma espécie de olho divino, aquilo que tudo vê de lugar nenhum. Ela associa o God Trick a conhecimentos produzidos que pressupõem verdades universais, que preestabeleceriam características ou comportamentos, independente das particularidades dos sujeitos e dos locais envolvidos nos processos de pesquisa, considerando-os como conhecimentos descorporificados e não situados. Podemos realizar associações entre a perspectiva feminista de Haraway, com as formas de produção do espaço, para compreender como é importante que os sujeitos e seus contextos sejam considerados, para que não continuemos criando cidades que pressupõe comportamentos relacionados a um sujeito "tipo" de cidadão, enquanto outros são desconsiderados.

De modo similar, Joice Berth (2019), arquiteta feminista brasileira e militante do movimento negro, ao abordar sobre a interseccionalidade no movimento feminista, busca o distanciamento do conceito universal de mulher. Com isso, chama a atenção para como o termo "emponderamento" vem sendo utilizado mais como uma luta de superações individuais que coletivas, não sendo capaz de romper com estruturas raciais, sexistas e socioeconômicas, fazendo com que lógicas de opressão a determinados grupos sociais permaneçam presentes. Tornando assim, pertinente a questão da interseccionalidade no feminismo, pois todas as outras características identitárias que atravessam a questão da mulher, referente a etnia, classe social, orientação sexual, entre outros, são relevantes para pensar a perspectiva feminista a partir da posição social da mulher. E com isso, quando associamos esse aspecto a ideia de libertação do oprimido de Paulo Freire (2016), ela se mostra reafirmada nos dizeres de Berth, pois mesmo com o crescente número de conquistas realizadas pelas mulheres, os desdobramentos não se mostram os mesmos para todas nós, muito menos que nos enxerguemos enquanto sujeitos iguais e desconsideremos a presença da diversidade de posicionalidades, com isso, continuamos perpetuando um sistema de opressão, mesmo entre grupos oprimidos. Essa observação se torna relevante para pesquisa, pois grande parte das mulheres que compõem os movimentos sociais são negras, e com isso, as questões de interseccionalidade e relações de poder entre opressores e oprimidos estão a todo momento presentes no contexto pesquisado. A partir do modelo proposto pelo patriarcado colonial, podemos

analisar as inconsistências e insurgências provenientes de rupturas causadas por sujeitos oprimidos, porém resistentes.

## 2. Rompendo com modelos opressores

Como citado anteriormente a colonialidade apresenta uma característica universalista, que atravessa por diversas questões de um povo colonizado, até mesmo no imaginário, que corrobora para a constituição de processos identitários, mesmo que não estejam em conformidade com a realidade local. A autora nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí (2004) discorre sobre a internalização de papéis universalistas patriarcais na constituição de famílias, inserindo distinção de gênero na constituição da família da sociedade lorubá, localizada no sudoeste da Nigéria. As famílias tradicionais da sociedade lorubá são consideradas tradicionalmente não-generificadas "porque papéis de parentesco e categorias não são diferenciados por gênero" (2004, p.6). A partir dessa reflexão, a autora levanta o teor violento da colonialidade ao instituir padrões que não podem ser considerados nem mesmo próximos, resultando em interpretações errôneas e grandes impactos sociais, como por exemplo, na distinção de trabalho por gênero ou até mesmo na distribuição de poder entre gênero, fatores que na sociedade lorubá, previamente a sua colonização, não era determinado pelo sexo biológico. A autora afirma, que outras sociedades africanas também apresentavam organizações parecidas com as de lorubá, que sofreram violências sistêmicas para que se adaptassem aos moldes impostos hierarquizantes de gênero.

Compreender que a colonialidade influencia e altera processos culturais é muito relevante. Na sociedade brasileira é muito comum que indivíduos, como também grupos organizados, continuem adotando uma jornada civilizatória rumo a família ideal, comumente caracterizada enquanto heteronormativa e com distinção de papéis fortemente influenciada pelo gênero biológico. No entanto, a família tipicamente brasileira não pode ser reduzida a esses moldes, porque a mesma se consolida cada vez mais como monoparental, em que somente um dos progenitores se faz presente. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), 31% das famílias brasileiras são constituídas por "mães solo", segundo apontamentos do Instituto as proporções continuam em crescimento.

De acordo com a Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC), das 1.280.514 crianças nascidas ainda no primeiro semestre do ano de 2020, 80.904 das crianças não apresentam o nome do pai registrado na certidão de nascimento. Além disso, dados do (IBGE) registram que 12 milhões de mães chefiam os lares sozinhas e dessas, 57% se encontram abaixo da linha da pobreza. Esses dados possibilitam interpretações sobre o contexto de gênero implicado na sociedade brasileira, e nos auxiliam a compreensão das motivações ao protagonismo feminino nas reivindicações por moradia, ainda mais notável dentro das realidades de edificações ocupadas.

Temos uma nítida incongruência entre os valores morais socialmente almejados e os de fato concretizados. A busca incessante pela família modelo, que leva em diversos contextos históricos brasileiros a "marchas pela família", é de uma enorme violência epistêmica, que nos distancia cada vez mais de entender e refletir outras alternativas que poderiam amparar e conter essa realidade. A constituição de um modelo familiar chefiado por mulheres solo, não corresponde a imposição da considerada família modelo de um sistema capitalista

produtivo. Almejamos a nível social, um modelo que se mostra cada vez mais inalcançável, e que pode contribuir para frustrações, condenações e distanciamentos da compreensão daquilo que de fato nos circunda.

Tendo em vista, a reflexão sobre situações de vulnerabilidade presente na vida de tantas mulheres brasileiras, durante o período de pandemia essa situação segue se agravando ainda mais, como podemos ver no relato de uma entrevistada:

"Eu conheço várias mulheres, que em suas casas, são elas, que são provedoras [...] têm que trabalhar, eu vejo várias no ônibus indo pro trabalho, conheço várias que tão indo no Seasa buscar verdura, porque não tem nada na sua casa pra comer."  
(Informação verbal, entrevistada R.)<sup>2</sup>

A mesma entrevistada continua o relato acerca da própria responsabilidade familiar, devido ao fato de ser a dela também uma família monoparental.

"[...] tô cobrindo uma amiga que toma conta de um idoso. Entro 7h da manhã e saio 7h da noite. São 12h, né? Mas é um dia sim um dia não. Tá muito complicado, porque eu sou asmática, né? Tá todo mundo aqui de casa de quarentena, eu tenho ido pro trabalho, mas venho do trabalho pra casa, quem tem ido no supermercado é meu filho." (Informação verbal. Entrevistada R.)

Ambas as falas materializam o posicionamento da autora Françoise Vergès (2020), que em seu prefácio à publicação brasileira do livro "um feminismo decolonial", discorre sobre o impacto do contexto de pandemia nos corpos de mulheres racializadas ao sul global.

Como em outros países do sul global, e as situações de vulnerabilidade de mulheres racializadas que habitam essas localidades durante a pandemia alarmante causada pelo vírus COVID19, a qual exige higienização e desinfecção constates e extremas. Vergès (2020) nos convida a refletir sobre a linha de frente da limpeza nos países do sul global, protagonizada principalmente por mulheres racializadas, que durante esse período se encontram em situações cada vez mais marcadas por prejuízos físicos e morais:

"Escrevi este livro para mostrar que o trabalho de cuidado e limpeza é indispensável e necessário ao funcionamento do patriarcado e do capitalismo racial e neoliberal; contudo, embora indispensável e necessário, ele deve permanecer invisível, marcado pelo gênero, racializado, mal pago e subqualificado. Também o escrevi para tornar visível a dimensão colonial e racial de um feminismo muitas vezes sem segurança ou em condições impróprias para condução dos trabalhos" (2020:11)

Os traços de uma sociedade previamente escravocrata se mostram muito fortes em diversos dos países do sul global como é o caso do Brasil, essas características se tornam ainda mais intensificadas no período de reclusão e isolamento social, que o momento de pandemia exige. Essa relação de sociedade escravocrata é

<sup>2</sup> Entrevista realizada no dia 25 de maio de 2020, por videoconferência.

percebida quando tensionamos a relação entre os serviços considerados essenciais e os repetitivos esforços em mantê-los imperceptíveis. Apesar da característica de essencialidade de algumas atividades, comumente não são conduzidas de forma a incentivar ou até mesmo gratificar essa importância, e sim o oposto, perpetua-se uma lógica de subserviência para com muitos desses serviços. No Brasil podemos listar uma série de trabalhos - não considerados de fato emprego -, que, no entanto, envolvem riscos.<sup>3</sup>

A autora chama atenção para as mulheres racializadas que promovem a higienização de lugares públicos e privados sob condições precárias de trabalho e com reduzidos ou inexistentes vínculos empregatícios. Sobre esses corpos, que apesar de cruciais para manutenção da lógica econômica do capital na qual estamos inseridos, existe um cansaço e sinais de esgotamento que são constantemente escondidos, devido ao esforço de sua invisibilização. Vergès relata a exaustão proveniente de uma rotina de trabalho que exige um desgaste físico e não pode ser vangloriado, a partir disso, a autora realiza um ponto de inflexão do cansaço a depender do corpo que o demonstra. Existe o cansaço protagonizado por mulheres racializadas, que trabalham e se locomovem pelas cidades de maneiras quase imperceptíveis, no entanto tem-se um momento em que o cansaço sofre uma inflexão, a partir do momento em que ele passa a ser protagonizado por um grupo social, que representa uma rotina de desgaste mental e corporal que, no entanto, é vangloriado, pois é traduzido em poder, imponência, simbolizando a busca do corpo e mente ideal masculino, intelectual e fisicamente saudável. Um esgotamento que representa sucesso econômico e social de um corpo que frequenta academias, bancos, edifícios corporativos entre outros empreendimentos capazes de propiciar e alimentar um sistema de corpos "autônomos" sempre dispostos a melhorar e avançar constantemente sua produção, seja ela laboral ou pessoal.

O colonialismo<sup>4</sup>, portanto, apresenta ferramentas de idealizações ditas universais para que determinados povos continuem sendo colonizados. No entanto, é importante frisar, que apesar do constante esforço de apagamento e silenciamento, seja físico ou epistêmico, a dita submissão ou dominação do corpo em situação de vulnerabilidade não é efetivada por completo. De maneira oposta, é perceptível que as mulheres envolvidas em processos de ocupação apresentam estratégias de resistência e organização, principalmente a uma escala de micropolítica, em que podem encontrar espaços para suas reivindicações.

Uma ocupação de 28 mulheres numa avenida principal lá em situação de despejo em carapina, 28 mulheres, a gente atendeu 30 casos, 2 eram pais de família, todo o restante era mulher com criança, botou a lona preta ficou lá, conseguiram aluguel social. Conseguiram assim, sabe? [...] A feminilidade não é possível para as mulheres de ocupação, ela faz as mulheres serem vítimas da opressão, não quer dizer que

<sup>3</sup> Fenômeno de possível associação à uberização do trabalho, fenômeno que intensifica relações de trabalho em moldes neoliberais e se encontram relacionados à mobilidade através de automóveis. Essas atividades monetárias, ainda precarizadas legalmente, passam a minimizar vínculos e direitos empregatícios. Tais atividades estão principalmente associadas a aplicativos disponíveis para dispositivos móveis. No entanto a lógica não é nova quando a mão de obra é feminina, ainda mais caso seja racializada, tendo em vista processos como o de terceirização do trabalho.

<sup>4</sup> De acordo com Vergès (2020), a colonização é um acontecimento um momento, já o colonialismo é um processo, um movimento social, que perpetua mesmo após os ditos processos de independência, que além de ser regida sob influência das antigas metrópoles, as instituições continuam estruturadas pelo racismo. Dessa maneira, o colonialismo não finda em por um período histórico, ele permeia e permanece presente.

não exista violência doméstica, por exemplo, [...], mas a capacidade delas em se imporem diante do mundo, ela é muito diferente de uma mulher de classe média alta. Se você botar uma mulher de ocupação e um problema pra resolver, eu tenho certeza que a mulher da ocupação vai dar um jeito, nem que ela tenha que quebrar o negócio, sem paciência, entendeu? Mas um jeito ela vai dar. (Informação verbal, entrevistada R.)<sup>5</sup>

Tendo essas práticas em vista, destacamos aqui a importância de elucidar outras formas de conceber o espaço urbano, principalmente as que atendam demandas insurgentes, visando espaços mais iguais dentro das cidades, é necessário reconhecer a percepção de cidade a partir do ponto de vista também da mulher periférica. Diferente da produção espacial considerada predominante ou hegemônica, que por sua vez ainda se mostra majoritariamente liderada por homens brancos. No entanto, os movimentos sociais por moradia, evidenciam outra realidade. Com o protagonismo da mulher nos movimentos, é enfatizado que outros atores também apresentam competência para produzir o espaço urbano, sendo esse por sua vez, possivelmente mais inclusivo.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção da cidade se dá constantemente e por diversos atores, porém inúmeros são os grupos sociais constantemente invisibilizados, assim como suas práticas. Desse modo, o presente artigo buscou demonstrar a necessidade de elucidar outras formas de se pensar o espaço, visto que o modelo patriarcal de caráter colonial adotado, se mostra opressor e excludente, concebendo cidades de pensamento único, que estabelece verdades universais e "neutras", pressupondo comportamentos relacionados a um determinado grupo social. Nos movimentos por moradia é perceptível o protagonismo feminino, essas mulheres, comumente não são inclusas nos processos de elaboração de leis e políticas habitacionais, no entanto também concebem alternativas de produzir e ocupar espaços, que estão intrinsecamente ligados a suas posicionalidades tanto físicas quanto sociais. Somado a isso entende-se que através da escala de micropoderes é possível atuar de forma a subverter e/ou submeter a um determinado regime de Estado, rompendo com predeterminações de opressão e rigidez estrutural.

### BIBLIOGRAFIA

ANZALDÚA, G. (2016). *Borderlands/La Frontera*. Colección Ensayo. Madrid: Capitán Swing Libros.

BERTH, J. (2019). *Empoderamento*. São Paulo: Pólen.

FANON, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: UFBA.

FREIRE, P. (2016). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

---

<sup>5</sup> Entrevista realizada no dia 25 de maio de 2020, por videoconferência.

HARAWAY, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, nº5, p.7-41.

MARICATO, E. (2017). As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos. *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. (121-188). Petrópolis, RJ: Vozes.

MIGNOLO, W. (2015). *Habitar la frontera: sentir y pensar la descolonialidad* (antología, 1999-2014). Barcelona: Edicions Bellaterra.

RIBEIRO, D. (2019) *Lugar de Fala*. São Paulo: Pólen.

SCHLESENER, AH. (2016). As novas condições de subalternidade. In: *Grilhões invisíveis: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci* [online]. Ponta Grossa: UEPG. (135-149).

SPIVAK, G. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG.

VERGÈS, F. (2020). *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu.